



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO

===Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Alter do Chão no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Seda, para na sua Terceira Sessão Ordinária, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: -----

---**PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Atividade do Município bem como da Situação Financeira do mesmo;**-----

---**PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação do Valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2016- Lei das Comunicações Eletrónicas.**-----

===Aberta a sessão e efetuada a chamada foi constatada a presença dos Senhores António Hemetério Airoso Cruz, Tânia Maria Barradas Lopes Falcão, António João Minhós Palmeiro, João Manuel Carita Pista, José António da Silva Ferreira, Rute Sofia Acates Pires, Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas Silva Lopes, José Augusto Calado Mendes de Oliveira, João Manuel Laureano Martins, Marco António Grazina Sequeira Calado, José Hilário Silva dos Santos, Francisco João Velez Roxo, Isabel Cristina Antunes de Moura Boudry de Carvalho, Vasco José Freitas Martins da Cruz, Luís Filipe Cardoso Belo Cané, Maria Susete Antunes, Francisco Gaio Pitacas e Mário Sérgio Malheiro Mendes.-----

===Não esteve presente o Senhor Júlio Contente, tendo apresentado um pedido de substituição, pelo que, e de acordo com o disposto nos artigos 53.º e 57.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alter do Chão, integrou a sessão como membro substituto, o Senhor José Hilário Santos.-----

===Não esteve presente o Senhor Pedro Carola.-----

-----**Antes da Ordem do Dia**-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos senhores membros da Assembleia Municipal o expediente para esta sessão.-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda, o acolhimento mais uma sessão da Assembleia Municipal, referindo que será sempre uma honra visitar as freguesias do concelho. Informou da visita que antecedeu a sessão, a uma empresa em Seda que é uma referência no setor leiteiro ao nível nacional, que produz quatro milhões de litros de leite por ano, e que é hoje a maior deste setor. Informou que a mesma foi fundada pelo Senhor Jurgen Thymm, um empreendedor, que em 300 hectares criou dez postos de trabalho. Disse ainda ter gostado muito da visita, recordando que a Assembleia Municipal tomou a decisão de, há alguns meses atrás, reconhecer o interesse público municipal das obras a levar a cabo por esta empresa, o que permitiu a sua expansão. Finalizou por referir que o objetivo desta visita à exploração, era perceber o impacto das decisões tomadas por este órgão, com o único propósito de aproximar os decisores dos destinatários das decisões e, desta forma contribuir para a qualificação da

Assembleia Municipal. Acerca da próxima sessão da Assembleia Municipal, informou que a mesma irá decorrer em Chança e que, com o mesmo objetivo, tentará organizar uma visita à suinicultura aí existente, pertencente à Euroeste, S.A., e que, parece provocar alguns incómodos ambientais à freguesia de Chança, pelo que, a visita permitirá ver quais os incómodos, percebe-los, e, na medida do possível, tentar entender como a autarquia poderá ajudar na resolução dos mesmos. Finalizou expressando que é importante que os empresários sintam que o Município está com eles, e que este é um parceiro na prossecução dos seus objetivos de investimento. O Senhor 1.º Secretário, José Augusto Oliveira, fez uma pequena retificação, informando que a suinicultura em causa não pertence à Euroeste, mas à C.A.S. Barrocas, S.A.-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para o facto de se estar, nesta sessão, a fazer um teste ao novo sistema de gravação das sessões, e agradeceu ao Senhor Vice-Presidente, Manuel Carola, todo o seu empenho neste processo.-----

===A Ata da última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal após a votação, **foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Senhores António Palmeiro, Francisco Roxo e Maria da Conceição Horta, por não terem estado presentes naquela sessão.**-----

===O Senhor João Martins levantou três questões. Primeiro, referiu a questão dos barulhos na Avenida 25 de Abril, do qual é um dos lesados, e que se prende sobretudo com o facto de os camiões da Valnor que transitam na via nas horas de descanso da população. Em segundo lugar, referiu a questão das noites de quinta para sexta-feira, onde as bebedeiras são até de madrugada, principalmente na zona onde reside, e que se deverá chamar a atenção das autoridades para este assunto. Lembrou a onda de assaltos que estão a ocorrer em Alter do Chão, tratando-se de um assunto preocupante tanto para as pessoas como para as instituições. Informou ter conhecimento que um munícipe já fez uma carta para o município a pedir autorização que permita o estacionamento, durante a noite, na Rua Trincheiras Fora, para que os residentes ali possam trazer os carros para mais junto das suas casas. Referiu também ser sua preocupação, e certamente também a de quem tem filhos, o aumento de tráfico e consumo de estupefacientes, pedindo que na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança se tivesse este tema em consideração. Em terceiro lugar, disse ter sido dirigente da Associação Desportiva de Alter (A.D.A) por vinte anos, e que existe uma questão que o preocupa e que é transversal a todas as associações, nomeadamente, e chamando a atenção para o relatório e contas da A.D.A., as gratificações pagas a treinadores que somaram quase 6.000,00€, explicando que, nos seus últimos anos de dirigente, essa quantia, serviria para uma época desportiva. Repetiu ser uma situação transversal a todas as associações, dando como exemplo o facto da Banda Municipal Alterense pagar a dois professores para virem dar aulas a Alter do Chão, quando na vila existem pessoas capacitadas para lecionar essas aulas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por referir que, na última sessão desta Assembleia Municipal foi levantada, pelo Senhor José Ferreira, e a seu ver bem, o estado de degradação em que se encontra a casa confinante com o Palácio do Álamo e que dá, do centro da vila de Alter, uma imagem que não é nada



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

abonatória, preocupação esta partilhada também pela Senhora Isabel Carvalho. Voltou a falar deste assunto, porque acha importante agir, em nome da beleza que o centro da nossa vila tem, fruto de intervenções levadas a cabo pelos privados e pelo município, que num passado recente, muito têm dignificado o edificado aí existente. Dentro das várias hipóteses possíveis, importa, em diálogo construtivo com os proprietários, encontrar uma solução que dignifique o espaço em apreço e acabe de vez com a situação de degradação em que o edifício se encontra. Após alguma reflexão a hipótese mais viável, para resolução do problema, na certeza que outras existirão, parece-lhe ser, reiterou, com o assentimento dos proprietários, a Câmara Municipal efetuar, através dos serviços competentes, uma vistoria ao edifício para verificar se o mesmo constitui uma ameaça à segurança de pessoas e bens. Caso a vistoria concluísse pela afirmativa, a Câmara promoveria a demolição do edifício a suas expensas. Como contrapartida os proprietários, permitiriam que a bateria de ecopontos que está junto ao edifício fosse acolhida no seu interior, pois a mesma constitui um sério obstáculo à circulação de pessoas, em especial dos idosos, cuja mobilidade é muito mitigada, que se dirigem à Caixa Geral de Depósitos para efetuarem os seus movimentos bancários. Certamente outras hipóteses existirão para solucionar a questão, mas, após alguma reflexão, esta parece-lhe ser aquela que melhor serve os interesses da população. Deixou esta reflexão, mas mais que refletir, importa agir, para devolver aquele espaço a dignidade que o mesmo encerra.-----

O Senhor João Martins interveio, no sentido de justificar a sua não comparência à visita, por motivos de trabalho.-----

A Senhora Isabel Carvalho, no seguimento da intervenção do Senhor João Martins, e relativamente ao aproveitamento de pessoas da vila que poderiam dar aulas, dar formação, disse que, quando integrou a Universidade Sénior de Alter do Chão teve oportunidade de trabalhar com uma jovem que tem formação em Inglês no Cambridge em Portalegre e um trabalho base muitíssimo bem feito, e que se encontra a trabalhar no Município. Referiu que, neste caso, dispõe-se de uma pessoa qualificada, a Senhora Cristina Charrua, que poderia lecionar inglês às crianças do pré-escolar, a custo zero para o Município, e que se encontra desaproveitada. Ao nível dos agrupamentos escolares, referiu que deverá a autarquia ter algum cuidado nos funcionários que coloca junto das crianças, e que os mesmos deveriam ter, pelo menos, uma ideia do que é psicologia, e a ligação cognitiva e conotativa com as crianças, porque existem pessoas no agrupamento, cujo trabalho é a sua pior imagem. Alertou que existirão pessoas em Alter do Chão que poderão dar a sua mão sem despesas para a Câmara Municipal. Relembrou que a escola perdeu muitos alunos oriundos do Crato e Fronteira para Portalegre.-----

A Senhora Célia Lopes agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda pela sua receção. Chamou a atenção dos presentes para a intervenção ativa e persistente da Federação do Partido Socialista de Portalegre que conseguiu que os Senhores Deputados da Assembleia da República se deslocassem ao nosso Alentejo, nomeadamente ao distrito de Portalegre, para uma visita de trabalho da Comissão Parlamentar da

Saúde, que irá ocorrer nos próximos dias 29 e 30 de Junho de 2015. Sublinhou que no dia 29 esta visita de trabalho começará às 11h30 no Centro de Saúde de Alter do Chão. Disse que espera que esta visita seja uma mais-valia para o nosso concelho, esperando que as nossas necessidades mais básicas sejam preenchidas, e que se prendem com a contratação de novos médicos para o centro de saúde possam colher bons resultados. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se, desde a última sessão da Assembleia Municipal, onde se teve conhecimento que o médico espanhol não aceitou a proposta de vir para Alter do Chão trabalhar, a Câmara Municipal já realizou algumas *demarches* ao longo destes meses, sobre a contratação de novos médicos. Com respeito ao facto dos médicos residentes no centro de saúde se ausentarem para férias a partir da próxima segunda-feira, perguntou se a Câmara Municipal fez alguns contactos com a entidade distrital de saúde, se existirá a substituição destes médicos durante a sua ausência, ou se ficaremos sem médicos durante este período.-----

A Senhora Tânia Falcão também agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda a receção de mais uma sessão. Com respeito à intervenção da Senhora Isabel Carvalho, lembrou que a sua filha já teve inglês no pré-escolar, lecionado pela Professora Cristina Charrua. Com respeito ao ensino, pediu que a Câmara Municipal tenha alguma consideração com as atividades extracurriculares, pois pensa que a sua carga horária é muito pesada para as crianças, uma vez que terminam as aulas por volta das 16 horas e logo em seguida voltam novamente para uma sala de aulas para essas atividades e não descontraem. Explicou que, de acordo com o que o Ministério da Educação propõe, e daquilo que a Câmara Municipal pode fazer junto com o Agrupamento, é saber se poderão criar-se novas atividades extracurriculares que sejam mais lúdicas. Referiu ainda a deslocação das crianças das freguesias, pedindo que revejam a situação, uma vez que o horário das deslocações foi alterado para que todas as crianças pudessem usar o mesmo transporte, fazendo, por exemplo, com que as crianças da Cunheira, de 6 e 7 anos, tenham de sair às 7h40 da manhã, chegando por volta das 18h40 da tarde. Lembrou que a freguesia de Cunheira ainda possui o pré-escolar mas, as crianças de freguesias como Chança, com 3 anos, que têm de frequentar o pré-escolar em Alter do Chão, têm de sair de casa às 8h00 da manhã, o que, de inverno se torna muito penoso. Pediu que, na medida do possível, pudesse existir um entendimento, para se concertar um horário mais saudável e flexível. Ainda com respeito às atividades extracurriculares, disse que o período de férias é a altura ideal para tratar desse assunto, para que quando o ano letivo se iniciar, os professores das atividades extracurriculares possam ser apresentados juntamente com o professor titular de cada turma, aos pais e alunos. Informou que o facto das crianças mais pequenas não verem autoridade no professor das atividades extracurriculares, faz com que tenham comportamentos inadequados. Mais, disse que as atividades extracurriculares começam tarde e os professores não são apresentados aos pais. Quanto ao centro da vila, disse ter verificado que todos os anos se faz o desbaste/poda das árvores do largo, contudo a fontinha está sempre tapada pelas árvores, questionando se existirá alguma interesse em manter a sombra naquele sítio específico, ou se não se poderá fazer um desbaste da árvore para usufruirmos da boa vista



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

que a fontinha nos proporciona. O Senhor Vasco Cruz, no que respeita à educação, referiu que, segundo informação que recolheu, no pré-escolar as crianças só têm educação física, lembrando que a Assembleia Municipal aprovou, há umas sessões atrás, a remuneração do professor. Disse que esta questão de não existir inglês e música é algo que o preocupa, porque pensa que, quanto à sua importância, estão ao mesmo nível da educação física. Disse achar importante que as crianças criem gosto pelo conhecimento, e que a criação de hábitos, e de educação diferenciada deve partir de todos nós. Mais disse que não são só os pais, em casa, que têm a responsabilidade de ensinar uma outra língua ou matemática. Neste sentido apelou à Câmara Municipal que, e uma vez que paga a um professor de educação física, possa também fazê-lo a um professor de inglês e música.-----

O José Hilário Santos, lembrando que na passada sessão se absteve quanto ao reconhecimento do interesse municipal da empresa J. Thymm, Lda., disse que com a visita de hoje a essa exploração, ficou com uma ideia diferente, pois gostou daquilo que viu. Referiu que a Câmara Municipal deverá auxiliar estas grandes empresas e colaborar com o necessário, desde que a empresa mereça, mas também colaborar com a população do meio onde a mesma está inserida. Disse que a sua única reserva é o facto de ser uma empresa cujo figurino é uma sociedade por quotas, da qual não se conhecem os sócios, nem onde ficam os dividendos, que era bom serem aqui aplicados para benefício de todos. Terminou por dizer que seria bom termos mais empresas como esta e que gostou muito desta iniciativa. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a necessidade de um centro de convívio em Seda, sobre o qual se debateu durante muitos anos, e de um lagar de azeite, tão necessário na época da azeitona, pois existe uma grande dificuldade em deixá-la nos lagares. Informou que ele próprio já deitou azeitona fora porque não lhe a recebiam. Nesse sentido, perguntou se o lagar para o concelho vai avançar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que esperava ver nesta sessão da Assembleia um ponto da Ordem de Trabalhos, para apreciação e eventual aprovação de um empréstimo para reembolsarmos a AdNA (Águas do Norte Alentejano, S.A.) dos valores em dívida, que integram uma taxa de juro de 4,5 %, quando a banca pratica valores, substancialmente, mais baixos. Procurando investigar o porquê, apurou que, salvo melhor esclarecimento, segundo o entendimento dos serviços da Câmara, não existe suporte legal para esse empréstimo, o que, ao que parece é acompanhado pelos bancos, e que o caminho a seguir é fazer uma cessação de créditos, cujos juros são superiores ao do empréstimo. Sobre isto expressou a sua discordância e registou os seguintes comentários: “ - Que eu saiba os bancos não têm qualquer tutela de legalidade sobre a Câmara. As opiniões deles, certamente de todo respeitáveis, valem o que valem. Quem detém a tutela de legalidade sobre a Câmara é, como todos sabem, o Tribunal de Contas; - No caso do acordo com a AdNA existiam dúvidas, de todo legítimas, no que se relacionava com a necessidade de visto do mesmo. O que é que a Câmara fez, a meu ver bem, submeteu o processo a visto e a situação ficou clarificada e todos ficamos descansados, quanto ao cumprimento da legalidade; - Se assim foi no caso do acordo com a AdNA, qual a razão ou razões,

que levaram a que não seguisse procedimento idêntico, no caso do empréstimo. Ao que tudo indica vestiram, neste caso, a beca de juízes do Tribunal de Contas, tomaram como verdade absoluta que o empréstimo era ilegal, quando a sua não efetivação representa um claro atentado às boas práticas gestionárias, ocorrência esta que deve ser especialmente acautelada quando estão em causa dinheiros públicos;” Questionou se alguém na sala pode afirmar, com toda certeza, que os juízes do Tribunal de Contas, não possuem prerrogativas especiais para visar um empréstimo desta natureza, que a efetuar – se pouparia ao Município algumas centenas de euros, quando está em causa o pagamento de uma taxa de juro de 4,5 %, no âmbito do Acordo com a AdNA, ou 1,5 ou 2 % no âmbito do empréstimo? – Questionou porque é que o Estado português reembolsou recentemente 14.000,00 mil milhões de euros ao FMI? Disse todos sabermos a razão: “porque consegui uma situação mais favorável em termos de taxa de juro. Será que o Tribunal de Contas não autorizou esse reembolso? Estou certo que sim, mas reconheço que não sei. Salvaguardando as devidas diferenças, em especial dos montantes, não é de admitir que os propósitos do Estado Português são os mesmos que o da Câmara de Alter do Chão, caso o empréstimo, para a finalidade em causa, se materializasse?” Para finalizar, trouxe à atenção uma curiosidade. No âmbito do Acordo com a AdNA não se admitiu a possibilidade de a AdNA ficasse autorizada a ceder os créditos que detém sobre a Câmara de Alter do Chão. Por caricato que pareça esta é agora a solução. Porque os recursos financeiros do Municípios são escassos e nos devem merecer a todos nós, todo o respeito, pensa que o empréstimo deve prosseguir e, só em caso de indeferimento do visto, se devem procurar outras soluções. Disse achar que já se perdeu tempo a mais com esta questão, tempo este que, no caso em apreço, representa dinheiro, devendo-se atuar rapidamente para que a Câmara deixe de pagar os 4,5 % de juros no âmbito do acordo efetuado com a AdNA. Mais disse: “Fica a sugestão, impõe-se a reflexão, e quem tem a competência para decidir, que decida. O futuro a todos nos julgará enquanto bons ou maus decisores, no uso dos poderes que nos foram conferidos pelos votos que os alterenses, em nós depositaram.”-----

O Senhor José Augusto Oliveira disse ainda ninguém ter referido estar a começar-se uma nova era, cujo precursor da ideia é o Senhor Francisco Roxo, a quem deu os parabéns: a de se gravarem as sessões, que em conformidade credibiliza cada intervenção de cada membro. Disse ter substituído o Senhor Presidente da Assembleia Municipal na reunião da CIMAA- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, no passado dia 28 de abril, e informou que as contas não foram aprovadas por falta da certificação do revisor oficial de contas. As mesmas foram remetidas ao Tribunal de Contas e serão oportunamente aprovadas. Deixou o seu lamento, dizendo que nunca tinha ido à CIMAA, que começou por gostar de lá estar, mas houve uma altura em que se sentiu um pouco defraudado com as suas próprias expectativas, porque a CIMAA de comunidade, infelizmente, não tem nada. Fez uma crítica aberta à convergência política de todos os presentes, pois fala-se de interesse municipal nesta Assembleia Municipal e deveríamos todos pensar que a nossa pequena comunidade de Alter do Chão, por muito pequena que seja, tem de ser mais convergente, e o mesmo para o



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

Distrito de Portalegre, pois temos pouca expressão política, e quando mais divididos, menos expressão política teremos no futuro.-----

-----Ordem do Dia-----

PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Atividade do Município bem como da Situação Financeira do mesmo

==O Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentou as suas informações sobre a Atividade do Município, assim como da sua situação financeira. Sobre as atividades do Município, ressaltou que a despesa total é inferior à receita em cerca de 400.000,00€. Saliou que, nas receitas de capital existe saldo negativo, pois existem entre 250.000,00€ a 300.000,00€ a receber de diferentes projetos, quase todos de capital, e conta que o seu reembolso seja feito nos próximos meses. Quanto aos empréstimos, não houve qualquer contração de novo empréstimo, foram pagos cerca de 2.700,00€ de juros e cerca de 70.000,00€ de amortizações. Informou também que neste mês foi pago o subsídio de férias aos funcionários. Referiu que relativamente à componente de apoio à família, nomeadamente refeições, a Câmara Municipal pagou cerca de 17.000,00€. Quanto aos fundos disponíveis, referiu que, contrariamente a algumas Câmara Municipais do país, dispomos de fundos disponíveis positivos. Lembrou que na passada sessão da Assembleia Municipal, aquando da aprovação da prestação de contas, o Partido Socialista fez uma declaração de voto que, na altura não teve oportunidade de responder, ficando agora expressa a sua resposta: disse que na Prestação de Contas são apresentados mapas de execução da despesa, ou execução das gop's, os quais mostram onde foram utilizados os recursos; na parte escrita são discriminadas algumas atividades, por exemplo, ao nível da cultura e do desporto, outras nas gop's, e aparecem algumas como eventos diversos, mas que estão discriminadas em contabilidade de custos. O conjunto de documentos da prestação de contas é obrigatório por lei, e até agora, nunca tivemos uma prestação de contas que não merecesse o visto do Tribunal de Contas. Quanto à informação económica, social, financeira e patrimonial, é o mais clara possível, informando que poucas serão as câmaras municipais que, como nós, publicam todas e quaisquer despesas no site da autarquia, e que, caso surjam algumas dúvidas, a resposta é dada aos senhores vereadores com a informação financeira mais detalhada. No que respeita aos gráficos com pessoal e horas extraordinárias apresentados, foram elaborados para permitirem uma melhor leitura e as Gop's esclarecem bem onde o dinheiro foi gasto. Todo o texto é apoiado por fotografias e esclarece quais as obras com financiamento e qual foi o montante financiado. No que respeita à execução do orçamento, despesa e receita, são apresentados quadros com o orçado e o que foi executado, e a diferença, quer em valor, quer em percentagem, também é apresentado no final, quer seja favorável, quer não. Os dados são apresentados em gráficos, para uma melhor visualização. São apresentados quadros com receita e despesa comparando vários anos, para se perceber a evolução. Explicou que os serviços fizeram um trabalho para a

fácil leitura e compreensão de todas as pessoas. Quanto aos indicadores de gestão apresentados, são perceptíveis, foi explicado o seu significado na aquisição de bens e serviços, e foram dados exemplos para simplificar a leitura do relatório. Foi também apresentada a estrutura do investimento e a sua relação com o financiamento comunitário, sem o qual é difícil fazer investimento. O que poderá ser de mais difícil entendimento é o balanço e a demonstração de resultados, onde se salientam as dívidas a e de terceiros. Quanto ao parecer do revisor oficial de contas, não entende o reparo que foi feito sobre o mesmo, uma vez que o mesmo refere que as demonstrações financeiras apresentam-se de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do município, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativo à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo, está em conformidade com os princípios contabilísticos. Ainda acrescenta que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras. Quanto à certificação, disse terem existido quatro reservas: por um lado não podia existir comparação, pois não existiu revisor nos anos anteriores, por outro lado, a dívida à AdNA não estava refletida nos documentos, pois o acordo só teve eficácia a partir de março de 2015; em terceiro lugar a existência de processos jurídicos em curso; e quanto ao FAME, veio a DGAL tardiamente indicar como se fazia o registo das contas. O relatório também enfatiza que a contabilidade de custos não permite determinar os encargos com as funções exercidas e os custos de tarifas e preços dos bens e serviços, pois este é um trabalho que está a ser elaborado com uma empresa, para que os mesmos sejam, obrigatoriamente, tecnicamente justificados. Referiu que apesar dos comentários do Partido Socialista na sessão anterior, existe um grande e visível esforço dos serviços do município para apresentar os resultados da forma mais compreensível possível. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou uma informação sobre os processos judiciais que se encontram em curso. Sobre o empréstimo bancário para pagamento da dívida à AdNA, informou que foi presente ao executivo uma informação sobre este assunto, uma vez que se estão a pagar juros de 4,75%, e, em alguns casos, o preço do dinheiro no mercado é 2% mais baixo, o que poderá chegar a uma redução de cerca de 97.000,00€ numa simulação de 800.000,00€. Informou ter contactado informalmente o Tribunal de Contas sobre o assunto e foi informado que tal empréstimo nunca teria visto, uma vez tratar-se de um empréstimo médio prazo para pagamento de despesa corrente, e que a hipótese seria a cessação de créditos, e, nesse sentido e por unanimidade, a Câmara Municipal anulou o processo para contração de crédito. Informou também que, neste momento, a cessação de créditos é inviável. Mais, informou que até dezembro do presente ano, conta reduzir a dívida para cerca de metade, com pagamentos diretos da Câmara Municipal, poupando-se assim nos juros. Informou ter recebido da ERSAR- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, um relatório de controlo de qualidade da água para o ano 2013, ficando muito satisfeito por Alter do Chão se encontrar em primeiro lugar na região do Alentejo, com 100% de água segura para consumo. Informou do registo da marca Açafraão de Alter, com o número 544252, que é agora propriedade/titularidade do município de Alter do Chão. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu uma panorâmica sobre as atividades que têm vindo



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

[Handwritten signatures in black and blue ink]

a ser desenvolvidas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal que, como fora referido, trata-se de uma divisão muito qualificada: informou que está em elaboração o plano de pormenor do aglomerado de Cunheira que se mostra muito complexo; está em curso a alteração ao loteamento da zona sul/poente que visa sanar algumas vicissitudes urbanísticas, nomeadamente acertos de áreas; encontra-se também em curso o projeto de loteamento para regularização dos terrenos/lotos da tapada do cemitério em Alter do Chão; está em elaboração o projeto do lar de Alter do Chão para emissão da licença de utilização; também o projeto para ampliação do edifício da Unidade de Cuidados Continuados continua em elaboração; está em fase terminal o projeto de requalificação paisagística no entroncamento entre a Rua da Liberdade e a Rua 5 de Outubro em Seda; a empreitada da Estação Arqueológica de Alter do Chão está praticamente terminada, faltam apenas algumas alterações a pequenos trabalhos, nomeadamente no que diz respeito à iluminação; estão ainda a ser revistas as taxas e preços municipais e respetivos regulamentos pois é obrigatório serem tecnicamente justificados; está também em curso a codificação dos regulamentos municipais, ou seja, todos os regulamentos municipais serão concentrados num código; encontra-se também em curso a reengenharia de processos, em colaboração com a Smart Vision e a CIMAA, tratando-se de um projeto que altera profundamente a metodologia processual, da tramitação e do funcionamento de processos da autarquia, promovendo sobretudo a utilização de meio eletrónicos; está em estudo a execução de um projeto para a reabilitação do Chafariz d'El Rei em Alter do Chão, cujo espaço se encontra meio abandonado; está em elaboração o projeto de execução do edifício do Cineteatro Municipal, com um conjunto de medidas integradas de promoção e eficiência energética em edifícios públicos, e o mesmo se está a fazer para as piscinas e pavilhão municipal; está a instruir-se um pedido de utilização de recursos hídricos, nomeadamente para a extração de areia em Seda, a areia era comprada em Ponte de Sor, mas, neste momento existe areia na Ribeira de Seda e estamos a tentar otimiza-la. Finalizou por dar os parabéns à divisão técnica da Câmara Municipal pelo excelente trabalho que tem desenvolvidos com os seus próprios recursos. Em virtude do flagelo de desemprego, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estão a ser apoiadas cerca de 40 pessoas, beneficiárias do rendimento social de inserção, tanto em Alter do Chão como nas freguesias, e que se encontram a prestar serviço à comunidade. Informou também acerca da ITI- Investimentos Territoriais Integrados, que inicialmente previa uma dotação de vinte e três milhões e oitocentos e trinta e oito mil euros para a CIMAA, mas que foi alterada para vinte milhões quinhentos e quarenta e três euros, o que torna necessário uma reafectação dos projetos que se encontram calendarizados para este período. Informou também que já foram vendidas mais cinco habitações sociais, uma vendida a pronto pagamento e quatro a prestações. Informou que na próxima sexta-feira está marcada uma reunião da rede social, onde se apresentará o relatório final do CLDS+ de Alter, e que tudo aponta para que se consiga um novo CLDS, com duração de três anos, para o qual já se está a elaborar a candidatura. Quanto à falta de médicos, informou que, depois de gorada a possibilidade de médicos espanhóis prestarem serviço no Centro de Saúde, o problema encontra-se resolvido com o facto de a Dra. Fátima, felizmente, ter resolvido o seu

problema de saúde e voltado ao trabalho, o que, neste momento, e como sempre aconteceu, significa três médicos a trabalhar. O problema que surge é o facto de dois dos médicos serem um casal, o que, evidentemente, possibilita que quando um vai de férias o outro tem o direito de ir, e quando um está doente o outro tem o direito a ajudar, e, por isso mesmo, se tem pressionado a ULSNA para a necessidade de um médico residente em Alter do Chão. Sabe que se tem tentado isso por todos os meios disponíveis, e, segundo informação que dispõe, está uma reunião marcada para a próxima sexta-feira, de manhã, com a ULSNA e um médico residente em Lisboa, e que parecem existir fortes possibilidades de o mesmo vir para Alter do Chão, o que resolveria boa parte dos problemas. Aproveitou para agradecer ao Senhor Francisco Roxo pelo empenho que mostrou na tentativa de resolução desta questão, assim como a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, prestaram informações úteis. Lembrou que a Câmara Municipal não tem qualquer tutela quanto aos médicos, e disse ter sido informado que a questão das férias dos médicos já está acautelada, com a vinda de médicos de outros centros de saúde, tal como já fora feito. Por último, e sobre a Coudelaria, informou que se está a tentar criar um mecanismo que permita a classificação da Coudelaria a património da humanidade junto da Unesco, que numa primeira iniciativa existiu a intenção de ser o Cavalo Alter Real, depois o Cavalo Lusitano, mas o que nos interessa é dar notoriedade à Coudelaria, pelo que faz na preservação genética da raça do Cavalo Alter Real. Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a responder às questões colocadas. Disse que a questão dos assaltos é uma preocupação, que no Conselho Municipal de Segurança não se aflorou nada de anormal, mas que se torna urgente a sua resolução. Quanto às noites de quinta-feira, disse que também é uma questão preocupante, referindo, a título de exemplo, que, certa vez, chegou à Câmara Municipal às duas da manhã e havia miúdos deitados na estrada, tendo que esperar que saíssem para poder passar. Sobre esta matéria, a Câmara Municipal irá abordar as forças de segurança, pois trata-se de um assunto de segurança pública. Quanto à utilização dos subsídios pelas coletividades, disse que esse é um assunto que diz respeito às mesmas, o subsídio é atribuído em função das suas atividades, sendo que normalmente 50% é pago no início do ano e o restante no final e em função do seu desempenho. Informou que os subsídios foram muito reduzidos no ano passado, dando como exemplo a ADA- Associação Desportiva de Alter que recebeu aproximadamente menos 7.000,00€ e que, evidentemente, a contabilidade das associações é responsabilidade das mesmas e têm de ser obrigatoriamente justificada. Sobre a passagem dos camiões da Valnor na avenida, lembrou pertencer ao Conselho de Administração da empresa, e informou que esse é um assunto de que se tem, recorrentemente, falado. Informou que é ordem do Administrador Delegado da Valnor que os camiões não circulem no centro de Alter do Chão, entre, salvo o erro, as 22 e as 7 horas. Parece que alguns motoristas não estão a obedecer, os mesmos já estão identificados e irão ser admoestados. Mais, disse que se a situação continuar, possivelmente terá de proibir-se a circulação do trânsito pesado no centro de vila, exceto cargas e descargas, mas que é uma medida que quer evitar. Sobre a casa contígua à Casa do Álamo, disse que ninguém gosta de ver aquela situação, mas que, ao lado do edifício da Câmara Municipal também estão duas casas em circunstâncias



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

semelhantes, e que não existe a hipótese da Câmara Municipal adquirir todas as casas. Aproveitou para informar a Assembleia Municipal, da aquisição da casa que está por detrás da “Fontinha”, uma vez tratar-se de um monumento nacional e que se encontra em risco de degradação. Quanto à educação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal chamou à atenção para a diferença entre as atividades extracurriculares e a componente de apoio à família. Quanto às atividades extracurriculares, os pais só inscrevem os seus filhos se quiserem, não é obrigatório, por isso, quem toma essa opção tem de se sujeitar aos horários estabelecidos. Lembrou que as atividades em curso são inglês, música, educação física que compreende natação e equitação, e expressão artística. O agrupamento assegurou os professores para inglês, música e expressão artística, porque tinha professores com horários incompletos. A Câmara Municipal assegurou apenas professores para natação e equitação. Informou também que existem dois psicólogos, um deles a tempo inteiro, um que é funcionário da autarquia e um estagiário, e que acompanham as crianças no agrupamento. Informou que, ao contrário de outros municípios, os pais não pagam nem as atividades extracurriculares nem a componente de apoio à família. Explicou que o apoio de componente à família é um serviço que a Câmara Municipal assegura para apoiar os pais que não podem ir buscar os seus filhos, tanto antes do início como depois do final das aulas. Sobre o transporte das crianças, diz que apenas estiveram em causa 10 minutos, que representam para o município quase 50.000,00 €. Informou estar a aferir-se, junto do agrupamento, o número previsto de crianças a transportar no próximo ano, equacionando-se a hipótese de ser a Rodoviária do Alentejo a efetuar esse serviço, uma vez que a Câmara Municipal tem uma capacidade limitada para o fazer. Quanto à adaptação da escola primária de Seda a centro de convívio, disse que a escola primária é propriedade do Município de Alter do Chão, que foi uma intervenção de cerca de 500.000,00€, e foi adaptada no sentido de promover o bem-estar dos habitantes de Seda, uma vez que tinham de se deslocar mais longe ao irem à Junta de Freguesia, o que se torna difícil para a população mais idosa. Assim no mesmo espaço encontram-se a funcionar os serviços da Junta de Freguesia de Seda, e o espaço atrás foram adaptados para centro de convívio/formação, e que se encontra à guarda da Junta de Freguesia, que explora o espaço como acha melhor.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ter ficado estupefacto com as afirmações produzidas pelo Senhor Presidente da Câmara, de que tinha consultado o Tribunal de Contas, ainda que informalmente, e que este tribunal lhe tenha expressado que não existia suporte legal para contrair um empréstimo para fazer face a despesa corrente, pois, tanto quanto sabe esta instituição nunca teve nem tem funções consultivo. Acrescentou ainda não perceber, qual a razão porque não desenvolveram idêntico procedimento, consulta informal, quanto ao Acordo de Transação com a AdNA, evitando desta forma o arrastar da situação e o pagamento de avultados juros de mora, o que configura um claro desrespeito pelos dinheiros públicos. Em sua opinião, a Câmara Municipal tinha unicamente de submeter o empréstimo a visto, e nada mais. Disse também que, em sua opinião, não acredita que tenha existido consulta ao Tribunal de Conta, mesmo que informal. Quanto ao gabinete técnico da Câmara Municipal, disse que neles existem técnicos competentes, mas, salientou que, o gabinete

integra também técnicos que muito devem à competência, na medida em que, por vezes, infernizam a vida às pessoas, com questões formais, não fazendo mais nada do que citação de normas do Diário da República, e que, em caso de dúvida, o *in dubio* é sempre para a administração, o que prova a insegurança que denotam nos seus pareceres. Mais, disse que certamente algumas coisas de mérito farão, é para isso que os contribuintes lhe pagam o seu salário, mas há outras de bradar aos céus, factos que pessoas lhe contam e que ele próprio viveu, dando como exemplo que a emissão da licença de utilização do lar da Santa Casa da Misericórdia, cuja ineficácia dos serviços técnicos está a colocar em causa um financiamento obtido junto do LeaderSor para beneficiação desse equipamento. Afirmou que é necessário ser-se justo, existem pessoas com posturas diferentes, com sentido de construir, mas existem outros cujo único propósito é destruir, fazer mal, e esses não fazem falta, pelo contrário, se deixarem de integrar o quadro de pessoal do município, deixarão de representar um peso na despesa, libertando meios financeiros para a Câmara Municipal atuar em áreas tão prioritárias como a área social.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda, Mário Mendes, disse ter ficado muito contente com a informação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu, em relação à continuação do CLDS+. Informou que, no ano passado, por parceria, o CLDS+ e a Junta de Freguesia de Seda puseram em curso uma atividade de tempos livres que foi bem-sucedida, tratando-se de uma experiência piloto. Disse ter existido, contudo, algum descuido em relação à programação das atividades. Explicou que as crianças que se encontravam no Monte Barrão e algumas de Alter do Chão, gostaram muito de visitar Seda, pois tinham à disposição diversas atividades programadas: piscina, caça ao tesouro, smart tv, internet, dispo de uma série de condições que os levava a sempre querer voltar a Seda, contudo, as crianças de Seda não puderam dizer o mesmo. Explicou que se desenvolveram algumas atividades no Monte Barrão mas, não sabe se por falta de informação ou de transporte, as crianças de Seda não usufruíram dessas atividades. Apelou à Câmara Municipal no sentido de que, desta vez, não se esqueçam das crianças de Seda. Atendendo a que, este ano, individualmente, não existe a possibilidade de a Junta de Freguesia poder contar com a educadora e a auxiliar para ATL, apelou também à Câmara Municipal no sentido de sanar esta falta. Em relação ao espaço da Junta de Freguesia, disse ter algumas dúvidas que não tenha sido esclarecido porque é que se batiza com o nome *A* e não com o nome *B*, o edifício. Explicou que, para além da formação que se encontra em curso no edifício da Junta de Freguesia, existem muitas outras atividades que se podem ali desenvolver. Disse que, infelizmente, poucos terão visitado a exposição que ali ocorreu de 27 de julho a 10 de agosto do ano passado, mas a vertente cultural também é ali representada, de modo que tudo, até mais do que aquilo que já se falou, está a acontecer no edifício da Junta de Freguesia. Agradeceu a todos os que participaram da visita à exploração, mas disse ter ficado entristecido por algumas bancadas da Assembleia Municipal não se terem feito representar. Disse também ficar espantado como é que se conseguiu deliberar, por maioria, na última Assembleia Municipal, aprovar o interesse municipal para aquela empresa, quando, no fundo, metade dos presentes não a conhecem.-----



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

O Senhor João Pista iniciou por cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda e todos os presentes, e penitenciou-se por, efetivamente, não ter podido estar presente na visita. Disse também penitenciar-se por não ter participado da reunião da comissão de apoio à Coudelaria, contudo, quando viu o email, já tinha passado a data. De qualquer modo, disse que este assunto da Coudelaria o preocupa muito, referindo que na visita à Feira da Agricultura em Santarém, viu uma referência à Companhia das Lezírias, mas curiosamente, nada sobre Alter do Chão. Disse ter confrontado o Sr. Eng.º Beja sobre esta situação, que lhe disse que na mesma data decorreu um evento em Badajoz e acharam que o evento em Badajoz seria mais interessante do que o de Santarém. Informou ter estado no lançamento do Plano de Intervenção para o Turismo Equestre do Alentejo e Ribatejo, e, com grande mágoa não viu mais nenhum representante da Assembleia Municipal. Informou ser um estudo feito pela Deloitte. Quanto à insegurança e aos assaltos em Alter do Chão, disse que neste momento existem pessoas em pânico, existindo assaltos em pleno dia, e é necessário olhar-se seriamente para o problema, procurando soluções para tratamento desta situação, e que a Câmara Municipal, mesmo não sendo polícia, tem o dever de se interessar. Informou também que em Santarém, também teve a oportunidade de ver um stand de uma confraria gastronómica de Sousel, onde se apresentavam sete marcas de azeite, quatro marcas de enchidos, cinco marcas de vinhos, três marcas de queijo, três marcas de mel, quatro marcas de bolos, duas marcas de pão e uma marca de helicultura. Lançou por isso o desafio de se tentar perceber o que está a acontecer com Alter do Chão, dizendo que é do tempo em que surgiam as três cidades, Portalegre, Elvas e Ponte de Sor, depois Campo Maior, Nisa e Avis, e depois Alter do Chão, contudo, agora, não entende que lugar Alter do Chão tem no ranking distrital. Disse que tem lido sobre um grande êxodo de pessoas qualificadas, casais ou famílias completas, dos grandes centros para o interior e perguntou, até que ponto a Câmara Municipal não pode estar mais atenta a estas situações e atrair pessoas. Em relação aos abusos no consumo da água, disse continuar a vê-los todos os dias. Em termos de limpeza, disse que Alter do Chão deixa muito a desejar. Lançou o repto de se parar no Largo Os Doze Melhor e olhar bem à volta, pois existe ali muito por fazer.-----

O Senhor José Augusto Oliveira, com respeito às informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que no dia 14 de abril de 2015, o Senhor Presidente assistiu a um workshop, juntamente com os Chefes de Divisão sobre o novo Código do Procedimento Administrativo, que entroncará com o Código da Contratação Pública, com os vistos prévios e finais do Tribunal de Contas, pelo que, questionou se existirão, neste novo código, algumas alterações significativas. Com respeito ao dia 24 de abril de 2015, o Senhor Presidente da Câmara Municipal acompanhou a Senhora Ministra da Agricultura numa visita à Coudelaria e participou no jantar dos 25 anos da EPDRAC- Escolar Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, pelo que, questionou se existiu alguém do grupo de trabalho, mandatado pela Assembleia Municipal, que o acompanhou na tentativa de se criar algum lobby, com o intuito de interceder junto da Senhora Ministra para que a Coudelaria de Alter, principalmente na sua vertente turística, tenha alguma expressão. Disse que na

visita efetuada a 18 de abril, à Coudelaria, na qual foram amavelmente recebidos pelo Senhor Presidente da Companhia das Lezírias, gostou do que viu, nomeadamente as melhorias observadas no edificado, mas salientou que isso, por si só, não chega.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por fazer um reparo, dizendo que tinha dito que contactou uma pessoa do Tribunal de Contas informalmente, assim como contactou informalmente uma pessoa na ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses, que lhe disse a mesma coisa, isto no que respeita à legalidade da contratação de um empréstimo para ressarcir a AdNA da dívida resultante do não pagamento da água fornecida em alta. Sobre o gabinete técnico, disse competir-lhe defender, enquanto Presidente da Câmara, os funcionários, e fá-lo-á sempre, mesmo que para um ou outro não haja razão, e continuará a defende-los publicamente até ao fim do seu mandato. Quanto ao nome do espaço onde funciona a Junta de Freguesia, explicou que era a única forma de se obter financiamento. Com respeito aos assuntos abordados pelo Senhor João Pista, disse partilhar a maioria das suas preocupações, mas as ações que necessitam ser tomadas, não deverão ser tomadas apenas pelo Presidente, mas em conjunto, encontrando-se aberto a sugestões. Informou que, neste momento, existem duas pessoas de etnia cigana a trabalhar na Câmara Municipal, um deles com louvores da escola onde está a prestar serviço. Com respeito à questão da água na zona industrial, informou que existem seis casas para despejo por falta de pagamento da renda e cuja água se encontra cortada, quando existem ligações diretas intervém-se com a GNR. Sobre o estudo da Deloitte, disse que tem sido partilhado pela comissão de acompanhamento com várias entidades ligadas ao mundo do cavalo, pois trata-se de turismo equestre, e que será apresentado brevemente. Disse que este estudo não passa de um chapéu para ter acolhimento em novos financiamentos do quadro comunitário, pois é com base no estudo que se podem fazer algumas intervenções, e na Coudelaria existem algumas coisas para fazer. Sobre o novo Código do Procedimento Administrativo, e apesar de não ser jurista, entendeu que deveria acompanhar os chefes de divisão, uma vez existirem alterações substanciais neste código. Acerca da visita da Senhora Ministra da Agricultura, disse que é justo afirmar que a Senhora Ministra adora a nossa Coudelaria, que andou a aprender equitação à pressa para montar um cavalo Alter Real na Feira de Ponte de Lima. Disse saber informalmente, que a Senhora Ministra pensa passar alguns dias das suas férias na Coudelaria, para aprender a montar a cavalo com os filhos. Mais informou que a ideia da classificação, foi-lhe sugerida em conversa com a Senhora Ministra, no dia da visita, pois é importante arranjar formas de notabilizar a Coudelaria para o mundo, e ela está empenhada neste assunto, assim como a Secretaria Geral da Cultura, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e outros parceiros. Com respeito ao lagar de azeite, informou ter sido contactado por um empresário, a respeito de montar uma estação de transferência, com possibilidade de montagem de um lagar na zona industrial, tratando-se, para já, apenas de uma abordagem. Quanto ao lagar de azeite em Seda, disse que a ideia primária era reaproveitar o lagar existente, mas é difícil por ser muito antigo, e não é competência da Câmara ou da Junta de Freguesia fazer lagares, podendo-se sim apoiar se existir uma intervenção de fora.-----



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o estudo da Deloitte, disse não ter comparecido na reunião por, em sua opinião, se tratarem apenas de estudos e mais estudos que a nada conduzem. Mais referiu que a empresa que fez o estudo lhe parece tratar-se da mesma empresa que fez o estudo de viabilidade do aeroporto de Beja que previa ter cerca de 700.000 passageiros/ano e agora tem 2.500 passageiros/ano, com tendência para o encerramento. Finalizou que são estudos que apenas servem para enquadrar as candidaturas aos fundos comunitários, e que, mais não são do que uma copy/paste melhorada, dos estudos da mesma tipologia, que lhe antecederam. Quanto ao gabinete técnico, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem direito à sua opinião e de se assumir como advogado de defesa de todos os funcionários da Câmara, sejam eles bons ou maus. Ao contrário, referiu que enquanto Presidente da Assembleia Municipal será sempre, e em qualquer circunstância, defensor dos bons funcionários, dos maus, daqueles que atuam em total desrespeito por quem lhes paga, os contribuintes, fariam um boa ação aos alterenses caso fossem embora, pois em nada contribuem para a melhoria das suas vidas. Começando por fazer uma declaração de interesses, pois os seus pais têm prédios urbanos situados nessas zonas, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se iriam apresentar as Zonas de Intervenção Prioritárias para Reabilitação Urbana, o que permitiria aos munícipes, que têm casas em zonas degradadas, beneficiar dos estatutos dos benefícios fiscais. Quando o Plano de Pormenor foi presente à Assembleia Municipal, tinha chamado a atenção para a lacuna existente quanto a essas zonas e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se estava a trabalhar nesse assunto, e que a questão seria resolvida com brevidade, contudo, chegada mais uma sessão, a proposta continua sem aparecer. Informou que cidades como Lisboa e como Évora, têm essas zonas definidas, beneficiando as pessoas das isenções de IMI, estatuídas na EBF- Estatutos dos Benefícios Fiscais, quando recuperam imóveis nelas situados, pelo que, não é aceitável que o gabinete técnico composto por engenheiros e arquitetos como nunca teve, não façam o trabalho que lhe é devido.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse achar que todos devem expressar a sua opinião em democracia. Passou a informar sobre o desenvolvimento da delimitação e proposta da área de reabilitação urbana, dizendo estar em curso o desenvolvimento do projeto para a área de reabilitação urbana de Alter do Chão, aguardando-se deliberação municipal que opte pela operação da reabilitação urbana simples, proposta de acordo com informação do gabinete técnico, e que irá ser presente na próxima reunião de câmara. Informou que logo que esta deliberação seja tomada, o projeto será concluído, prevendo-se que seja submetido à Assembleia Municipal na sessão de setembro de 2015.-----

PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação do Valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2016- Lei das Comunicações Eletrónicas

===Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 08 de maio, no seu artigo 106.º prevê a possibilidade de os Municípios cobrarem taxas às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, dos domínios público e privado municipal; Essas taxas são determinadas com base numa aplicação percentual sobre cada fatura emitida, pelas empresas que oferecem serviços de comunicações eletrónicas, para todos os clientes finais do Município correspondente, não podendo o percentual ultrapassar os 0,25%; O percentual referido é aprovado anualmente por cada município até ao fim de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência; Desde a entrada em vigor desta taxa que o Município de Alter do Chão aplica o percentual de 0,25%; As entidades que prestam serviços na área das comunicações, acima descritas, à Câmara Municipal de Alter do Chão, devem ser autorizadas a não faturar a TMDP ao Município. Perante a factualidade supra exposta, proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação desta proposta, delibere nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º remeter a mesma à Assembleia Municipal para que este Órgão, após apreciação da mesma, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere o valor percentual de 0,25%, conforme prevê a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, para o ano de 2016.”-----

O Senhor João Martins perguntou a quem é cobrada a taxa, uma vez que, em Alter do Chão, existem, de momento a funcionar seis operadores de telecomunicações. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a taxa é cobrada a todas as empresas de telecomunicações que operam no concelho. O Senhor José António Ferreira perguntou quem faz o controlo daquilo que se paga às empresas e que as empresas devolvem ou não. O Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que a Anacom é a entidade reguladora. Após a votação, foi a presente proposta, **aprovada por unanimidade**.-----

-----Intervenção do Público-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os cidadãos presentes se teriam alguma intervenção a fazer. Pediu a palavra a senhora que Maria Rosa explicou que o terreno por detrás da Casa do Povo de Seda é seu, e que nele fizeram umas sapatas sem sua autorização. Disse ter ficado acordado com o Senhor Presidente da Câmara, os serviços fazerem-lhe um muro porque andaram a escavar e o muro está a cair. Uma vez que nada foi feito, fez um ultimato e questionou sobre quando será o assunto resolvido. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o edifício da Casa do Povo tinha um problema estrutural e que era necessário resolve-lo, mas a Junta de Freguesia não tinha hipótese de o fazer e, para tal, pediu ajuda à Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

A Câmara Municipal resolveu o assunto mas foi a Junta de Freguesia que ficou de tratar o assunto com os particulares.-----

===E não havendo mais nada a tratar, após a Assembleia Municipal ter aprovado, por unanimidade, a Ata da Sessão em Minuta, foram encerrados os trabalhos, da qual para constar se passa a presente Ata, que depois de aprovada vai ser assinada pela Mesa. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
